



**Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas.**



EDITAL

CONCORRÊNCIA 006/2012

O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE através do GABINETE DE COMPRAS E LICITAÇÕES PÚBLICAS, torna público, a quem possa interessar que, em obediência ao que preceitua a Lei Federal Nº 8.666/93, em suas normas gerais e demais normas que regem a matéria, fará realizar Licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA, tipo MELHOR TÉCNICA E PREÇO, de acordo com as disposições e demais elementos integrantes deste Edital, devendo os interessados apresentar os envelopes Nº 01 (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO), Nº 02 (PROPOSTA TÉCNICA) e Nº. 03 (PRPOSTA DE PREÇO) **até às 13:30** horas do dia **1º de junho de 2012** na Central de Compras - GABEX, situada à Rua Marechal Floriano nº 458 - Centro, onde se realizará a sessão de abertura dos invólucros.

1. OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a Contratação de serviços de Consultoria Especializada para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) que deve abranger todo a território (urbano e rural) do Município do Rio Grande e contemplar os quatro componentes do saneamento básico, que compreende o conjunto de serviços, infra estruturas e instalações operacionais de Abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas e limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos para garantia do saneamento ambiental **conforme Anexo I Termo de Referência.**

1.2. São objetivos do **Plano Municipal de Saneamento Básico** promover a saúde, a qualidade de vida e do meio ambiente, assim como organizar a gestão e estabelecer as condições para a prestação dos serviços de saneamento básico, de forma a que cheguem a todo cidadão, integralmente, sem interrupção e com qualidade.

1.2.1 Os serviços objeto da contratação têm por objetivo dotar o gestor público municipal de instrumento de planejamento de curto, médio e longo prazo, de forma a atender as necessidades presentes e futuras de infra-estrutura sanitária do município. Busca, ainda, preservar a saúde pública e as condições de salubridade para o habitat humano, bem como priorizar a participação da sociedade na gestão dos serviços.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas.



1.2.2. Um Plano Municipal de Saneamento Básico se justifica do ponto de vista legal pela necessidade de atender a Lei Federal nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007, a qual instituiu a Política Nacional de Saneamento Básico, no que diz respeito ao planejamento do setor, regulamentada pelo Decreto nº 7.217/2010, além de atender ao Estatuto das Cidades Lei nº 10.257/2001, que define o acesso aos serviços de saneamento básico como um dos componentes do direito à cidade.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar da licitação empresas ou instituição de ensino superior com experiência e atuação na área pertinente ao objeto deste Processo Licitatório, que atenderem às exigências deste Edital e seus anexos.

2.2. Será vedada a participação de empresas ou instituições na Licitação, quando:

2.2.1. Declaradas inidôneas por Ato do Poder Público.

2.2.2. Sob processo de Concordata ou Falência.

2.2.3. Impedidas de licitar, contratar, transacionar com a Administração Pública ou qualquer de seus Órgãos descentralizados.

2.2.4. Empresas individuais ou reunidas em Consórcio.

2.2.5. Enquadradas nas disposições do art. 9º, da Lei Federal nº 8.666/93.

2.2.6. Sejam constituídas em Cooperativas de trabalho, nos termos de compromisso de ajustamento de conduta celebrado entre o Ministério Público do Trabalho da 4ª Região e o Município do Rio Grande.

3. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas serão apresentadas em 03 (três) invólucros até as 13:30 hs do dia 1º de junho de 2012 com abertura as 14:00 hs, a saber:

DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS

A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO será apresentada em 01 (uma) via, a PROPOSTA TÉCNICA em 01 (uma) via e a PROPOSTA DE PREÇO também em 01 (uma) via original. Na data, hora e local indicado no aviso deste Edital, os interessados devidamente representados por pessoa credenciada e identificada, apresentarão os envelopes fechados e indevassáveis, na Central de Compras, à Rua Marechal Floriano, 458, com os seguintes dizeres:



**Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas.**



ENVELOPE N° 01

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

CONCORRÊNCIA – N°006/12 - TÉCNICA E PREÇO

LICITAÇÃO: Contratação de serviços de Consultoria especializada para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB)

DOCUMENTAÇÃO

PROPONENTE:

ENVELOPE N° 02

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

CONCORRÊNCIA – N°006/12 - TÉCNICA E PREÇO

LICITAÇÃO: Contratação de serviços de Consultoria especializada para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB)

PROPOSTA TÉCNICA

PROPONENTE:

ENVELOPE N° 03

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

CONCORRÊNCIA – N°006/12 - TÉCNICA E PREÇO

LICITAÇÃO: Contratação de serviços de Consultoria especializada para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB)

PROPOSTA PREÇO

PROPONENTE:

Todas as declarações apresentadas deverão ser datadas e assinadas pelo representante legal da Licitante.

3.1. CREDENCIAMENTO:

3.1.1. Na entrega dos envelopes, deverá o representante legal da Licitante apresentar cópia reprográfica do Contrato Social da Empresa autenticado em cartório que será confrontado com as indicações constantes nos envelopes e documento de identidade (cédula de identidade) do representante legal.

3.1.2. Na entrega dos envelopes, se feita por procurador, deverá apresentar à Comissão de Licitação, Procuração Reconhecida em Cartório, com poderes para assinar, receber documentos, desistir de prazo recursal e resolver qualquer assunto de interesse do mandante junto ao Município do Rio Grande.

3.1.3. Na falta da procuração e/ou documentos de identificação descritos neste Edital, a Licitante ficará sem representante neste, perante a Comissão, não podendo consignar em ata suas observações, rubricar documentos, bem como praticar os demais atos de um mandatário. A falta da procuração não implica em inabilitação ou desclassificação das propostas, a menos que a documentação apresentada esteja incompleta ou não atenda às exigências editalícias.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas.



3.1.4. Somente será admitida a participação de um único representante da Licitante na sessão de abertura. As demais pessoas presentes, exceto os membros da Comissão e os técnicos, eventualmente convidados por esta, não poderão pronunciar-se.

4. DOS REQUISITOS

4.1. Para serem considerados habilitados à execução do Serviço, os Licitantes deverão cumprir as exigências deste Edital, seus Anexos, das Leis nº 8.666/93, e demais Legislação pertinentes à matéria.

5. DA DOCUMENTAÇÃO – Envelope nº 01

A Licitante deverá apresentar em uma via, originais ou cópias autenticadas por Tabelião ou, previamente, por funcionário da Central de Compras e Licitações Públicas, cuja solicitação deverá se efetivar até 02 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para a abertura do presente Certame.

5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

(colocar os documentos aqui relacionados no Envelope nº 01)

5.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; inscrição do ato constitutivo no caso de sociedade civil, acompanhado de prova de diretoria em exercício; ou decreto de autorização, em se tratando de Empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, em vigor;

5.1.2. Declaração da licitante de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade por órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo.

5.2. HABILITAÇÃO FISCAL:

(colocar os documentos aqui relacionados no Envelope nº 01)

5.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas em vigor;

5.2.2. Prova de regularidade com a **Fazenda Federal**, mediante Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, em vigor;

5.2.3. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual**, em vigor;

5.2.4. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal**, em vigor, conforme legislação tributária do Município expedidor da Sede da Empresa, expressando, de forma clara e objetiva, a situação da licitante em relação a totalidade dos tributos.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas.



5.2.5. Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, **FGTS**, em vigor, demonstrando a situação regular ao cumprimento dos encargos sociais instituído por lei;

5.2.6. Prova de regularidade à seguridade social, **INSS**, em vigor, demonstrando a situação regular relativa aos encargos sociais instituídos por lei.

5.2.7. Apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa, com validade de 180(cento e oitenta) dias contados da sua emissão.

Obs.: Certidões que não expressarem o prazo de validade, deverão ter data de expedição não superior a seis meses.

5.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:
(colocar os documentos aqui relacionados no Envelope nº 01)

5.3.1 Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de expedição não superior a 30 (trinta) dias úteis.

5.3.2. Prova de que possui patrimônio líquido de valor correspondente a no mínimo 10 % (dez por cento) do valor total do contrato, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais, mediante Balanço Patrimonial.

5.3.3. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da Empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. No caso de Empresas que não tenham 01 (um) ano de exercício social, deverão comprovar suas atividades na forma de apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrativos Contábeis, porém, deverão ter, no mínimo, 03 (três) meses de atividade. O Balanço Patrimonial e os Demonstrativos Contábeis deverão estar assinados pelo Contabilista e pelo Titular ou Representante Legal da Empresa. As assinaturas deverão estar devidamente identificadas.

A comprovação de boa situação financeira da Empresa far-se-á com base nos indicadores a seguir relacionados:

LC = AC/PC.....igual ou superior a 1,00 (um vírgula zero).
LG = (AC + ARLP) / (PC + PELP)....igual ou superior a 1,00 (um vírgula zero).
SG = AR/(PC + PELP).....igual ou superior a 1,2 (um vírgula dois).

LEGENDA	
LC = Liquidez Corrente	ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo
AC = Ativo Circulante	PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo
PC = Passivo Circulante	SG = Solvência Geral
LG = Liquidez Geral	Ar = Ativo Real

Composição do Ativo Real - Ativo Total diminuído dos valores de duplicatas descontadas, despesas do exercício seguinte, empréstimo a coligadas/sócios/acionistas/diretores e Ativo Diferido.

Classificação das Empresas:

As Empresas que apresentarem, no mínimo, dois ou três indicadores, iguais ou superiores aos estabelecidos neste item, obterão a classificação econômico-financeira. As demais serão inabilitadas.

Os documentos solicitados acima deverão ter prazo de validade em curso na data de sua apresentação, podendo ser apresentados em cópias xerográficas devidamente autenticadas por oficial público, ou senão acompanhadas dos respectivos originais. Os documentos gerados pela Internet serão comprovados mediante entrada no site correspondente.

Serão inabilitados os licitantes que não atenderem plenamente às exigências exigidas para qualquer um dos itens previstos para Habilitação Jurídica, Habilitação Fiscal ou Qualificação Econômico-Financeira.

5.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

(colocar os documentos aqui relacionados no Envelope nº 01)

5.4.1. A empresa Proponente deverá apresentar atestados específicos comprobatórios da experiência da empresa, conforme especificado no Termo de Referência, em projetos da mesma natureza do licitado, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, com visto (registro) do Conselho Profissional ao qual a empresa e seus responsáveis técnicos estiverem ligados, ou Certidão do mesmo.

Importante: A não apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica na forma descrita nesse item implica automaticamente na desclassificação do licitante do certame não podendo participar das próximas fases.

5.4.2. Comprovação de que a empresa licitante dispõe, no seu quadro corporativo os seguintes profissionais e nas condições descritas a seguir.

Função/ Especialidade	Formação Acadêmica	Experiência/ Área de Atuação
Equipe Chave		
Coordenação Geral	Engenheiro Sanitarista	Experiência na coordenação de estudos multidisciplinares similares ou estudos e projetos de abastecimento público de água ou de esgotamento sanitário ou de drenagem urbana
Estudos/projetos de abastecimento público de água	Engenheiro Civil	Estudos/projetos de sistemas de abastecimento de água, com captação, rede de distribuição, ETA e reservação
Estudos/projetos de esgotamento sanitários e resíduos sólidos	Engenheiro Civil	Estudos/projetos de sistemas de coleta e tratamento de esgotos e de resíduos sólidos.
Estudos/projetos de manejo de águas pluviais e drenagem urbana	Engenheiro Civil	Estudos/projetos de drenagem urbana (macro drenagem)
Saneamento Ambiental/Educação Ambiental	Biólogo	Diagnóstico do meio biótico/avaliações ambientais/educação ambiental
Gestão Pública e Ambiental	Advogado	Aspectos Legais e Institucionais relativos ao saneamento Ambiental
Mobilização Social	Assistente Social	Experiência em mobilização para participação social

5.4.2. Os profissionais a que se refere o quadro **“EQUIPE CHAVE”** deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante.

A comprovação de que integra o quadro permanente da licitante será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- sócio: cópia do contrato social e sua última alteração;
- diretor: cópia do estatuto social e da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- empregado permanente da empresa: cópia do contrato de trabalho por tempo indeterminado ou qualquer documento comprobatório de vínculo empregatício previsto na legislação de regência da matéria;

5.4.3. Os demais profissionais poderão comprovar vínculo apresentando contrato por tempo indeterminado devidamente atestado pelo conselho da sua área de atuação.

6. DA PROPOSTA TÉCNICA – Envelope nº 02

6.1. A proposta técnica deverá ser apresentada em um segundo envelope, devidamente lacrado, onde deverão constar, obrigatoriamente, os dados do item 3 deste edital, contendo:

6.2. A Proposta Técnica deverá possuir um número máximo de 100 (cem) páginas; excedendo esse limite definido, a proposta será avaliada em sua integridade, mas a licitante perderá 1,0 ponto a cada página excedida. O texto será impresso obrigatoriamente em folhas tamanho A4 e as figuras, mapas, fotos, organogramas, ilustrações, etc., apresentados, no máximo, em folhas do tamanho A3, inseridas no corpo da Proposta. O texto deverá ser apresentado na letra tipo arial, tamanho da fonte 11, espaço simples, margem superior 3,0 cm, inferior 2,0 cm, margem esquerda 3,0 cm, margem direita 2,0 cm. Não estão incluídas na restrição do número de páginas, os atestados, as declarações, a comprovação de vínculo dos profissionais com a Proponente e os currículos da equipe técnica. A numeração das páginas, para fins de confirmação do número máximo de páginas admitidas, deverá iniciar na folha de rosto da Proposta Técnica, sendo esta numerada com o numeral 1. As figuras, mapas, fotos, organogramas, ilustrações inseridas no corpo da Proposta, não serão considerados no limite máximo de páginas admitido.

6.3. Proposta Técnica deverá ser apresentada de acordo com o seguinte roteiro básico e da seguinte forma:

- Índice: devendo incluir, no mínimo, a paginação de cada capítulo;
- Apresentação da Proposta Técnica: com informações relativas ao objeto da proposta, nº do edital, nome e dados da proponente, bem como outras informações pertinentes;
- Considerações prévias: com informações e considerações prévias sobre as características da Proponente, bem como sobre a generalidade, escopo e estrutura da Proposta Técnica. Na caracterização da proponente, deverá ser evitada a inclusão de informações sobre atividades, projetos e estudos que não tenham vinculação com o objeto da presente Licitação;

- Experiência da empresa: a Proponente deverá apresentar atestados específicos comprobatórios da experiência da empresa, em projetos da mesma natureza do licitado, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, com visto (registro) do Conselho Profissional ao qual a empresa e seus responsáveis técnicos estiverem ligados, ou Certidão do mesmo, conforme determinado no termo de referencia.

- Conhecimento do problema: a Proponente deverá apresentar texto dissertativo, ilustrado por figuras, fotos, mapas, gráficos e outras ilustrações, com apresentação de dados e abordagem técnica referente à elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico para a cidade do Rio Grande, enfocando os seguintes temas:

- * conhecimento multidisciplinar da área de abrangência;
- * conhecimento geral dos serviços, nos seus múltiplos enfoques;

- * conhecimento prévio de possíveis problemas e soluções que visem otimizar os serviços;
- * plano e metodologia de trabalho: o Plano e a Metodologia devem demonstrar efetivamente como a Proponente pretende elaborar os levantamentos, estudos e projetos, em consonância com o presente Termo de Referência, devendo contemplar com clareza os seguintes aspectos, entre outros que o mesmo julgar pertinente:
- * concepção do plano de trabalho, etapas de trabalho, relação e arranjo de atividades técnicas;
- * metodologia, tecnologia a ser utilizada no desenvolvimento dos trabalhos;
- * programação, organização dos trabalhos e logística para elaboração dos serviços - cronograma, fluxograma, organograma, instalações e equipamentos;
- * planilhas quantitativas e temporais de previsão de utilização da equipe técnica.

Experiência e Capacitação da Equipe Técnica: a equipe técnica deverá ter a sua composição discriminada, sendo que a mesma deverá ser composta de, no mínimo, um profissional de nível superior para cada especialidade relacionada no item 7 deste Termo de Referência.

6.4 Equipe Chave

A proponente deverá indicar um profissional com a função específica de Coordenação Geral dos trabalhos, que poderá ser o mesmo profissional indicado como Responsável Técnico. Para tanto, este profissional deverá atender aos seguintes requisitos:

- a) pertencer ao quadro efetivo e permanente da empresa (na condição de sócio ou funcionário);
- b) fazer-se presente a todas as reuniões com a equipe de fiscalização e acompanhamento, ou seja, Comitê Executivo e/ou de Coordenação;
- c) comprovar experiência em serviços similares, através de ficha curricular e atestados/acervo técnico, conforme determinado no Termo de Referência;

A comprovação de vínculo dos profissionais da equipe chave com a empresa se dará através de:

- * cópia do contrato social da empresa para o caso de sócio;
- * cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou, ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social, para o caso de empregado.

6.5. Equipe Complementar

A Proponente deverá ainda apresentar fichas curriculares que comprovem a experiência do restante da equipe técnica complementar na área de atuação para a qual o profissional foi indicado.

A comprovação de vínculo dos profissionais da equipe técnica complementar com a empresa se dará através de:

- * cópia do contrato social da empresa para o caso de sócio;
- * cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou, ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social, para o caso de empregado;
- * instrumento específico de vinculação profissional (contrato) identificando objeto, carga horária e prazo compatível com a sua participação no serviço ora licitado (este documento deverá estar devidamente assinado pelas partes, com firmas reconhecidas em cartório).

Os profissionais arrolados em cada área, conforme o Termo de Referência deverão participar de todas as reuniões com o Comitê de Coordenação e/ou Executivo, sempre que seu tema esteja em pauta.

A Proposta Técnica deverá conter, ainda:

- declaração assinada por todos os membros integrantes da Equipe Técnica Chave e Complementar, comprometendo-se a participar na elaboração do objeto da licitação, cada um na respectiva área para a qual foi indicado;
- declaração de pleno conhecimento da área de abrangência e das condições em que os trabalhos irão se desenvolver, bem como de sua aceitação, assinada pelo responsável técnico da Proponente.

1. Apêndice de Documentação: solicita-se que a documentação referente à comprovação da experiência da empresa (atestados técnicos), bem como as fichas curriculares, atestados de acervo técnico e comprovantes de vínculo da equipe técnica, sejam apresentados sob a forma de apêndice ou anexo, para facilitar a paginação e o controle do limite do número máximo de páginas da Proposta Técnica. Atestado de visita técnica fornecido pelo Setor de Informática do Município onde deverá constar expressamente que a empresa esteve no local teve acesso aos códigos fontes quando e obteve todos os esclarecimentos necessários sobre os programas dando-se, na oportunidade, por satisfeita quanto às informações necessárias para atendimento das exigências do Edital;

7. DA PROPOSTA DE PREÇO – Envelope nº 03

7.1. Proposta de Preços

A proposta de preço deverá ser apresentada no Envelope nº 03, devidamente lacrado obedecendo ao seguinte roteiro:

7.1.1. Índice: devendo incluir, no mínimo, a paginação de cada capítulo;
Apresentação da Proposta de Preços: contendo o objeto e escopo da proposta, nº do Edital, nome e dados da proponente e outras informações pertinentes. Deve conter o valor total da proposta, em algarismos e por extenso.

7.1.2. Demonstrativo do Preço Proposto: composto por orçamento discriminado dos serviços, expresso em moeda corrente nacional, contemplando os serviços pagos a preço global e unitário, quantitativos, preços unitários, encargos e impostos.

7.1.3. Declaração de Validade da Proposta: declaração da Proponente de que sua proposta vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data marcada para o recebimento das propostas.

7.1.4. Declaração de Suficiência de Preço: declaração de que os preços constantes nas propostas são completos e suficientes para a plena execução do objeto desta licitação e que incluem todas as despesas com obrigações fiscais, comerciais e trabalhistas.

7.1.5. Cronograma Físico-Financeiro: contendo as etapas de execução e as respectivas parcelas de pagamento definidas a partir do cronograma de desembolso por produto, de acordo com o disposto nos Termos de Referência, apresentado na Proposta Técnica, assinado pelo representante legal da Licitante.

8. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

As propostas apresentadas em acordo com as especificações e exigências deste Termo de Referência serão julgadas pelo critério de Técnica e Preço, obedecendo ao procedimento estabelecido no artigo 46, em especial ao disposto no § 1º inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações e os critérios a seguir estabelecidos.

8.1 Proposta Técnica (peso 80)

O exame e a avaliação das Propostas Técnicas serão realizados a partir do material apresentado pelos licitantes, com base no especificado no item 8.1 do Termo de Referência, considerando-se:

8.1.1 Experiência da Empresa: será avaliada e pontuada com base nos atestados técnicos apresentados em nome da empresa, perfazendo no máximo 11 (onze) pontos, assim atribuídos:

- 04 (quatro) atestados referentes à realização de Planos e/ou Programas que contemplem o Setor de Saneamento (Plano Municipal de Saneamento, Planos Setoriais de Saneamento, Plano de Bacia Hidrográfica, Planos de Desenvolvimento, etc.), desenvolvidos em municípios com no mínimo 190.000 habitantes e com área territorial a partir de 3.000Km², valendo 02 (dois) pontos cada atestado: total 08 (oito) pontos. A empresa licitante deverá apresentar ao menos um atestado referente a este quesito para permanecer na concorrência, estando automaticamente desclassificada em caso contrário.

- 02 (dois) atestados referentes a serviços com componente de participação/mobilização social em processos de planejamento, como Planos Municipais de Saneamento, Planos de Bacia Hidrográfica, Programas de Desenvolvimento Setoriais, valendo 1,5 (um e meio) ponto cada atestado apresentado - total 03 (três) pontos;

8.1.2 Conhecimento do Problema: será avaliado e pontuado com base no material dissertativo e ilustrativo apresentado sobre a área de abrangência do Plano e as soluções propostas, perfazendo no máximo 30 (trinta) pontos, assim atribuídos:

- conhecimento multidisciplinar da área de abrangência, valendo até 10 (dez) pontos;
- conhecimento geral dos serviços, nos seus múltiplos enfoques, valendo até 15 (quinze) pontos; e
- conhecimento prévio de possíveis problemas e soluções que visem otimizar os serviços, valendo até 05 (cinco) pontos.

A pontuação a ser atribuída a cada item resultará da aplicação do seguinte procedimento de análise e seus respectivos pesos: clareza e objetividade do texto (20%); adequação do texto aos conteúdos de cada item (30%), abrangência conceitual sobre o tema em questão (30%), coerência interna do texto (20%), total da pontuação do item em análise (100%).

8.1.3 Plano e Metodologia de Trabalho: será avaliado e pontuado com base no material dissertativo e ilustrativo apresentado sobre a metodologia e a programação dos trabalhos, perfazendo no máximo 40 (quarenta) pontos, assim atribuídos:

- Concepção do Plano de Trabalho/Etapas de Trabalho/Relação e Arranjo de Atividades Técnicas, valendo até 10 (dez) pontos;
- Metodologia/Tecnologia a ser utilizada no desenvolvimento dos trabalhos, valendo até 20 (vinte) pontos;
- Programação, Organização dos Trabalhos e Logística para elaboração dos serviços – cronograma, fluxograma, organograma, instalações e equipamentos, valendo até 08 (oito) pontos; e
- Planilhas quantitativas e temporais de previsão de utilização da equipe técnica, valendo até 02 (dois) pontos.

A pontuação a ser atribuída a cada item resultará da aplicação do seguinte procedimento de análise e seus respectivos pesos: clareza e objetividade dos textos, diagramas e planilhas (20%), coerência da relação de atividades e serviços propostos (30%), adequação ao Termo de Referência (20%), processos tecnológicos, organizacionais e logísticos (30%).

8.1.4 A experiência e capacitação da equipe técnica será avaliada e pontuada com base na análise das fichas curriculares e atestados técnicos comprobatórios da experiência da equipe, conforme composição estabelecida no item 7 do Termo de Referência.

A experiência e a capacitação da equipe chave serão pontuadas perfazendo no máximo 31 (trinta e um) pontos, atribuídos da seguinte forma:

- 05 (cinco) atestados correspondentes a coordenação geral de trabalhos vinculados à realização de Planos e/ou Programas que contemplem o Setor de Saneamento (Plano Municipal de Saneamento, Planos Setoriais de Saneamento, Plano de Bacia Hidrográfica, Planos de Desenvolvimento, etc.), desenvolvidos em municípios com no mínimo 190.000 habitantes e com área territorial a partir de 3.000Km², valendo 01 (um) ponto cada atestado: total 05 (cinco) pontos.

- 02 (dois) atestados de projeto de sistema de abastecimento público, com, no mínimo, os seguintes componentes: captação, adutora de água bruta, estação elevatória, estação de tratamento de água - ETA, reservatórios, rede de distribuição, valendo 01 (um) ponto cada atestado: total 02 (dois) pontos.

- 02 (dois) atestados de projeto de sistema de esgotamento sanitário, com, no mínimo, os seguintes componentes: rede coletora, estações elevatórias de esgoto, coletor tronco, estação de tratamento de esgotos- ETE e/ou estudo/projeto relativo a resíduos sólidos valendo 01 (um) ponto cada atestado: total 02 (dois) pontos.

- 02 (dois) atestados de projeto de sistema de drenagem pluvial, com, no mínimo, os seguintes componentes: rede e dispositivos acessórios (PVs, boca de lobo, etc.), valendo 01 (um) ponto cada atestado: total 02 (dois) pontos.

- 02 (dois) atestados de estudo/projeto na área de saneamento ambiental com, no mínimo, os seguintes componentes: interface saneamento básico e meio ambiente; saúde e meio ambiente; desenvolvimento urbano e meio ambiente; educação ambiental e saneamento básico, valendo 01 (um) ponto cada atestado: total 02 (dois) pontos.

- 02 (dois) atestados que denotem a experiência em consultoria jurídica referente saneamento básico, aspectos legais e institucionais relativos ao saneamento ambiental, valendo 01 (um) ponto cada atestado: total 02 (dois) pontos.

- 02 (dois) atestados referentes a projetos com componente de participação/mobilização social em processos de planejamento, como Planos Municipais de Saneamento, Planos de Bacia Hidrográfica, Programas de Desenvolvimento Setoriais, valendo 01 (um) ponto cada atestado: total 02 (dois) pontos.

- A Equipe Chave poderá pontuar por tempo de experiência, desde que esta seja comprovada com no mínimo 7 (sete) anos atuando em Planos e/ou Programas que contemplem o setor de saneamento ambiental, valendo 02 (dois) pontos por atestado, sendo que cada profissional poderá apresentar apenas um atestado: total 14 (quatorze) pontos.

8.1.5 A nota da Proposta Técnica (NPT) será resultante da soma dos pontos obtidos nos quesitos supracitados constantes no item 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3 e 8.1.4.

8.1.6 Nota Técnica Mínima: procedido o somatório das notas dos tópicos anteriores, serão eliminadas as Propostas Técnicas que não tenham obtido 80% dos pontos na avaliação global.

8.2 Proposta de Preço (peso 20)

A Nota da Proposta de Preços será calculada da seguinte forma:

$$\text{NPP} = 100 \cdot X1 : X2$$

Onde:

NPP = Nota da Proposta de Preços;
X2 = Valor da proposta considerada;
X1 = Menor valor proposto.

Nota Final

A Nota Final será obtida pela proporção de 80% (oitenta por cento) da Nota Técnica (NPT) e 20% (vinte por cento) da Nota de Preço (NPP), conforme fórmula abaixo:

$$NF = \frac{80 \times NPT + 20 \times NPP}{100}$$

Onde:

NF = Nota Final;
NPT = Nota da Proposta Técnica;
NPP = Nota da Proposta de Preço.

Será declarada vencedora a Proponente que alcançar a maior NF.

9. ADJUDICAÇÃO

9.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de quinze (15) dias convocará o vencedor para assinar o contrato, sob pena de decair do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art.81 da Lei 8666/93.

9.2. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado pelo mesmo período, desde que seja formalmente requerido com a exposição de motivos e aceito pelo MUNICÍPIO e durante o transcurso daquele prazo.

9.2.1. Se dentro do prazo o convocado vencedor não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, em igual prazo, nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou então revogará a licitação.

9.2.2. Caso o vencedor negar a assinar o contrato, receberá multa no valor correspondente a dez por cento (10%) do valor do contrato, suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de dois (2) anos.

9.3. Na assinatura do contrato a CONTRATADA deverá indicar o responsável técnico e/ou preposto que representará a empresa durante a vigência do contrato.

11. DA VIGÊNCIA

11.1. A vigência deste contrato será de 16 (dezesseis) meses a contar da assinatura da ordem de início dos serviços podendo ser renovado mediante termo aditivo até atingir o prazo máximo previsto em lei (fundamento: artigo 57, IV, da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94).

12. DO PAGAMENTO

12.1. A forma de remuneração dos serviços será na modalidade preço por produto aprovado pelos Comitês Executivo e de Coordenação, cujos desembolsos ocorrerão por meio de parcelas sequenciais, conforme cronograma de desembolso descritos no Termo de Referência Anexo I:

12.2. Detalhamento da Remuneração da Contratada:

1ª Parcela: será paga na entrega do Produto 1, ou seja, 1 mês corrido do início da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

2ª Parcela: será paga na entrega do Subproduto 2.1, ou seja, 5 meses corridos do início da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

3ª Parcela: será paga na entrega do Subproduto 2.2, ou seja, 8 meses corridos do início da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

4ª Parcela: será paga na entrega do Produto 3, ou seja, 10 meses corridos do início da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

5ª Parcela: será paga na entrega do Produto 4, ou seja, 12 meses corridos do início da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

6ª Parcela: será paga na entrega do Produto 5, ou seja, 15 meses corridos do início da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

7ª Parcela: será paga na entrega do Produto 6, ou seja, 16 meses corridos do início da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

NOTA: Os custos fixos previstos para a Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico que são, Remuneração da Equipe Chave, Diárias e Passagens, Veículos, Serviços de Mídias e Serviços Gráficos, serão divididos igualmente pelo número de parcelas da Remuneração da Contratada e pago junto com cada parcela.

12.3. Liberação dos Pagamentos: O pagamento das parcelas somente será efetuado mediante apresentação de:

- a) comprovação de quitação de pagamento referente a salários e encargos sociais, tais como INSS e FGTS.
- b) cópia dos recibos de entrega dos vales transportes, dos vales alimentação, dos uniformes e de outros benefícios estipulados na Convenção Coletiva de Trabalho.
- c) cópia dos pagamentos de férias, e, no caso de empregados demitidos, das verbas rescisórias, perante a Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SMMA.
- d) a última parcela somente será liberada após o recebimento e aprovação do relatório final do PMSB pelo Comitê Executivo e posteriormente pelo Comitê de Coordenação.

12.3.1. Esses documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da SMMA.

12.3.2 O Município reserva-se o direito de pagar a fatura em até 15 (quinze) dias úteis após sua apresentação e aceite.

12.4. O aceite do MUNICÍPIO está condicionado a prestação dos serviços na forma contratada. Nessa oportunidade o MUNICÍPIO deverá informar a CONTRATADA as pendências existentes que impliquem no não atendimento dos serviços e até que sejam regularizados o pagamento será prorrogado.

13. DA GARANTIA: A CONTRATADA deverá apresentar garantia equivalente a 5% do valor global do contrato junto à Tesouraria da Secretaria Municipal da Fazenda, deste Município, em qualquer uma das modalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

13.1. A garantia será liberada por ocasião do término do contrato, satisfeitas às exigências contratuais.

13.2. No caso da garantia ser realizada em moeda corrente, o valor será depositado em uma conta poupança. Se a garantia apresentada não for em moeda corrente a mesma deverá ser renovada anualmente ou a cada prorrogação contratual, no que couber. Os pagamentos mensais serão suspensos até que se atenda a essa condição.

14. PENALIDADES

14.1. Em caso de descumprimento, rompimento ou afastamento da CONTRATADA esta ficará automaticamente incluída no cadastro de empresas que não poderá contratar com a administração pública, bem como irá perder a garantia de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato e sem prejuízo de multa de descumprimento contratual no valor de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.

14.2. Sem prejuízo das penalidades anteriormente previstas à CONTRATADA total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as sanções legais, a saber: Advertência.

a) Multa administrativa correspondente a 10% (dez por cento) do valor contratado.

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública por prazo não superior a dois anos.

c) Declaração pública de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer das disposições deste Edital.

15.2. Em nenhuma hipótese será concedido prazo para apresentação de documentos exigidos neste Edital e não apresentados nos respectivos envelopes.

15.3. Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições e/ou inclusão de quaisquer outros documentos.

15.4. Só terá direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e o contrato os representantes legais ou credenciados e os membros da Comissão de Licitações.

15.5. Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à documentação, não serão admitidos à Licitação os eventuais participantes retardatários.

15.6. Não se desclassificarão propostas pela simples ocorrência de vício que, a juízo da comissão julgadora, poderá ser sanável sem a quebra de igualdade a todas as empresas licitantes.

15.7. Maiores informações poderão ser solicitadas pelos interessados, de segundas à sextas-feiras, nos horários compreendidos entre 13:30 horas e 17:30 horas, na



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas.



Gerência de Compras e Licitações Públicas, à Rua Marechal Floriano, 458, Centro, fone/fax 0xx53 3231.1162 ou pelo fone 0xx53 32338417 pelo site www.riogrande@rs.gov.br ou pelo e-mail claircompras@riogrande.rs.gov.br, até três dias imediatamente anteriores àquele marcado para a entrega dos documentos de habilitação e propostas.

15.8. Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste edital e das condições gerais e particulares do objeto, não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta, não sendo aceitas reivindicações posteriores sob quaisquer alegações.

15.9. A Administração Municipal reserva-se o direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar a presente licitação sem que disso caiba aos participantes o direito de reclamação ou indenização.

15.10 Onde este edital for omissivo prevalecerão os termos da Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações em vigor.

16. ANEXOS

16.1. Os anexos abaixo descritos são parte integrante do presente Edital, portanto fazem parte das caracterizações e regras descritas anteriormente:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Modelo de Contrato

Rio Grande, 13 de abril de 2012.

Regimar Hernandez da Rosa
Gerente de Compras e Licitações Públicas